

English translation follows on page 3.

ENTREVISTA: Advogados das vítimas de ex-padre em Timor-Leste questionam adiamento do processo

* António Sampaio, da Agência Lusa *

Díli, 25 mai 2021 (Lusa) – Advogados de algumas das alegadas vítimas de um ex-padre acusado de abuso de menores em Timor-Leste questionaram hoje o adiamento do julgamento, considerando não haver justificação para o arguido não estar presente na audiência marcada.

“Há desafios logísticos para a deslocação a Oecusse, devido à pandemia de covid-19. Mas se o juiz pôde viajar, o Ministério Público também, a equipa da JU,S Jurídico Social, e outros participantes, como se justifica que o arguido e sua equipa não puderam?”, questionou Maria Agnes Bere, da JU,S Jurídico Social, que representa 15 alegadas vítimas.

Um adiamento que tem particular impacto nas vítimas, afirmou.

“Cada vez que se marca uma audiência para o julgamento, se envia uma notificação às vítimas, e estas se preparam para o julgamento, revivem todo o trauma relacionado com o abuso que sofreram”, explicou.

“As vítimas têm de facto as suas vidas suspensas à espera de que o Estado cumpra o seu dever de julgar crimes. É a terceira vez que a audiência é adiada”, reiterou.

Em causa estava a continuação do julgamento de Richard Daschbach, que começou em fevereiro a ser julgado pelos crimes de abuso de menores, pornografia infantil e violência doméstica alegadamente cometidos durante anos no orfanato Topu Honis, em Oecusse.

Daschbach foi expulso da congregação da Sociedade do Verbo Divino (SVD) em Timor-Leste e do sacerdócio pelo Vaticano pelo “cometido e admitido abuso de menores”, com a decisão a basear-se numa detalhada investigação, incluindo a sua confissão oral e escrita.

Fontes judiciais confirmaram à Lusa que à hora marcada para o início da audiência, na segunda-feira, no Tribunal Distrital de Oecusse, não estavam presentes um dos procuradores, o arguido, Richard Daschbach, nem a sua defesa.

“O juiz decidiu, por isso, adiar o julgamento para 07 de junho”, explicou a fonte.

Maria Agnes Bere recorda que, segundo o código de processo penal, as audiências não podem ser adiadas pela falta de uma das partes, Ministério Público ou defesa, sendo que estava presente no tribunal pelo menos o procurador distrital de Oecusse.

“Ficámos realmente surpresos [com o adiamento]. Não sabemos se foi por desleixo, por falta de compromisso, por falta de imparcialidade ou por verdadeira incompetência que o Tribunal adiou a audiência para 07 de junho”, disse Maria Agnes Bere, uma das sócias da JU,S.

O Tribunal de Recurso destacou um juiz de Díli para ficar durante três meses em Oecusse, desde o início de maio, para garantir o acompanhamento deste e de outros processos, tendo em conta as restrições em vigor devido à covid-19.

Um tradutor viajou na mesma altura para a região, tendo o Ministério Público enviado os procuradores titulares para o processo em 15 de maio.

A JU,S Jurídico Social saúda estes “esforços a nível institucional”, considerando que deram “um forte sentimento de esperança de que o julgamento iria ser continuado”.

No que toca ao arguido e à defesa, porém, nenhum pedido de viagem foi feito.

Arsénio Bano, presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno (RAEOA), disse à Lusa que não houve nas últimas semanas qualquer pedido da equipa de defesa ou do arguido para viajarem até Oecusse.

“Da equipa de defesa não recebemos qualquer pedido até hoje. Enviei a tempo uma carta ao Centro Integrado de Gestão de Crise (CIGC) e ao advogado do ex-padre para alertar para a necessidade do cumprimento do protocolo covid-19 na RAEOA”, afirmou Bano, precisando que procuradores, juízes e outros cumpriram as regras da quarentena.

A JU,S questiona ainda o facto de a opção de videoconferência não ter sido usada pelo Tribunal de Oecusse, tal como foi proposto pela defesa, considerando particularmente grave que o Tribunal continue sem se pronunciar pela violação da medida de coação imposta ao arguido.

A representante das vítimas recorda que já em fevereiro foi publicado um vídeo que “mostra clara e publicamente o arguido do caso a violar uma das condições” da medida de coação imposta pelo Tribunal de Recurso, determinando que o arguido não deveria ter qualquer contacto com as crianças e jovens do Topu Honis.

O vídeo mostra o arguido a abraçar e a estender a mão para dar bênção a pelo menos três meninas do orfanato.

“Foi um comportamento evidentemente de afronta total e desrespeito pelo mais alto Tribunal deste país”, disse Maria Agnes Bere, explicando que a JU,S informou por escrito imediatamente os procuradores titulares do caso.

“Informámos o Tribunal do ocorrido, e submetemos por escrito um documento com toda a informação e provas da violação das condições da medida de coação. O tribunal tinha em mãos esta informação quando da abertura da audiência de 24 de maio, e apesar disso decidiu adiar a audiência pela terceira vez, sem qualquer consideração deste facto”, disse Maria Agnes.

Até à semana passada, fontes judiciais confirmaram que o Ministério Público não apresentou qualquer pedido para a alteração da medida de coação.

ASP // PTA

Lusa/Fim

INTERVIEW: Lawyers for victims of former priest in Timor-Leste question postponement of the process

By António Sampaio, from Agência Lusa. Unofficial translation

Dili, 25 May 2021 (Lusa) - Lawyers for some of the alleged victims of a former priest accused of child abuse in Timor-Leste today questioned the postponement of the trial, considering that there is no justification for the defendant not being present at the scheduled hearing.

"There are logistical challenges for traveling to Oecusse, due to the covid-19 pandemic. But if the judge was able to travel, the Public Ministry also, the JU,S Jurídico Social team, and other participants, how is it justified that the accused and his team could not?" Asked Maria Agnes Bere, from JU,S Jurídico Social, which represents 15 alleged victims.

A postponement that has a particular impact on victims, she said.

"Every time a hearing is scheduled for the trial, a notification is sent to the victims, and they prepare for the trial, reliving all the trauma related to the abuse they suffered," she explained.

"Victims do have their lives suspended, waiting for the State to fulfill its duty to prosecute crimes. It is the third time that the hearing has been postponed", she reiterated.

At stake was the continuation of the trial of Richard Daschbach, which began in February on trial for the crimes of child abuse, child pornography and domestic violence allegedly committed for years at the Topu Honis orphanage in Oecusse.

Daschbach was expelled from the Congregation of the Society of the Divine Word (SVD) in Timor-Leste and from the priesthood by the Vatican for the "committed and admitted abuse of minors", with the decision based on a detailed investigation, including his oral and written confession.

Judicial sources confirmed to Lusa that at the time scheduled for the start of the hearing, on Monday, at the District Court of Oecusse, one of the prosecutors, the defendant, Richard Daschbach, and his defense, were not present.

"The judge therefore decided to postpone the trial until June 7," explained the source.

Maria Agnes Bere recalls that, according to the criminal procedure code, hearings cannot be postponed due to the absence of one of the parties, the Public Prosecutor or the defense, when at least the district prosecutor for Oecusse is present in the court.

"We were really surprised [with the postponement]. We do not know if it was due to negligence, lack of commitment, lack of impartiality or true incompetence that the Court postponed the hearing to June 7", said Maria Agnes Bere, one of the partners of JU,S.

The Court of Appeal appointed a Dili judge to stay in Oecusse for three months, since the beginning of May, to ensure the monitoring of this and other cases, taking into account the restrictions in force due to covid-19.

A translator traveled to the region at the same time, and the Public Prosecutor's Office sent prosecutors to the process on May 15.

The JU,S Jurídico Social welcomes these “efforts at the institutional level”, considering that they gave “a strong feeling of hope that the trial would be continued”.

Regarding the defendant and the defense, however, no travel request was made.

Arsenio Bano, president of the Oecusse-Ambeno Special Administrative Region Authority (RAEOA), told Lusa that in the past few weeks there had been no requests from the defense team or the defendant to travel to Oecusse.

“From the defense team we have not received any requests to date. I sent a timely letter to the Integrated Crisis Management Center (CIGC) and the ex-priest's lawyer to warn of the need to comply with the covid-19 protocol in the RAEOA ”, said Bano, specifying that prosecutors, judges and others have fulfilled their quarantine rules.

JU,S also questions the fact that the videoconference option was not used by the Oecusse Court, as proposed by the defense, considering it particularly serious that the Court continues without ruling on the violation of the restrictive measures imposed on the defendant.

The victims' representative recalls that a video was published in February that “clearly and publicly shows the defendant in the case violating one of the conditions” of the restrictive measure imposed by the Court of Appeal, determining that the defendant should not have any contact with the children and youth of Topu Honis.

The video shows the defendant embracing and reaching out to bless at least three girls from the orphanage.

"It was obviously a behavior of total outrage and disrespect for the highest court in this country," said Maria Agnes Bere, explaining that the JU,S immediately informed the prosecutors in charge of the case in writing.

“We informed the Court of what had happened, and we submitted in writing a document with all the information and evidence of the violation of the conditions of the restrictive measure. The court had this information in hand when the May 24 hearing opened, and despite that it decided to postpone the hearing for the third time, without any consideration of this fact,” said Maria Agnes.

Until last week, judicial sources confirmed that the Public Prosecutor's Office has not submitted any request to amend the restrictive measure.

ASP // PTA

Lusa / End